



Nos Olhos
Do
SITE
XI SEMANA
UNIVERSITÁRIA

**Diversidade,
Inclusão e
Transformação Social**

ÍNDICE DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA EM MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO: RECONHECIMENTO E CAPACIDADE INSTITUCIONAL

Gilson Adão Domingos Vieira (Voluntário - Fc)¹
Profa. Dra. Ana Paula Sthel Caiado (Orientadora)²

RESUMO

Introdução: A institucionalização das políticas públicas voltadas à primeira infância não pode ser compreendida apenas pela existência de leis, planos ou programas governamentais. A consolidação dessa agenda depende também da capacidade administrativa dos estados para coordenar, executar, articular e monitorar as ações destinadas às crianças na primeira infância. Nesse contexto, a análise comparativa entre Minas Gerais e Espírito Santo permite observar como diferentes instrumentos normativos e estruturas institucionais contribuem para a incorporação da primeira infância à agenda pública estadual. **Objetivo:** Analisar comparativamente o grau de institucionalização das políticas de primeira infância nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, distinguindo o reconhecimento institucional da agenda e a capacidade institucional desenvolvida para sua implementação. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa e comparativa, baseada no banco documental do nosso projeto de pesquisa “Marco Legal da Primeira Infância: repercussões, avanços e desafios”. Para a análise de Minas Gerais e Espírito Santo, os dados são organizados a partir de um Índice de Institucionalização da Primeira Infância estruturado em duas dimensões. A primeira, denominada Reconhecimento Institucional, considera a existência de política específica para a primeira infância, Plano Estadual pela Primeira Infância e atos normativos correlatos. A segunda, denominada Capacidade Institucional, contempla a identificação de estruturas administrativas responsáveis pela agenda, comitês ou instâncias intersetoriais, programas estaduais, mecanismos de monitoramento e formas de articulação com instituições de justiça e controle. Os documentos não confirmados foram tratados como ausentes, evitando classificar eles como inexistentes. **Resultados:** A análise comparativa de Minas Gerais e Espírito Santo permite examinar a institucionalização da primeira infância para além da simples identificação de leis, planos e programas. A utilização conjunta das dimensões de reconhecimento e capacidade institucional possibilita identificar a existência de diferentes níveis e formas de estruturação da agenda nos dois estados, evidenciando que a formalização normativa e a construção de capacidades administrativas constituem dimensões distintas e complementares. Dessa maneira, o índice favorece a identificação de avanços, lacunas e aspectos que demandam fortalecimento institucional em cada contexto estadual, sem estabelecer rankings ou classificar um estado como possuidor de uma política necessariamente superior ao outro. **Conclusão:** O recorte comparativo entre Minas Gerais e Espírito Santo demonstra a importância de analisar a política de primeira infância considerando simultaneamente sua formalização e as capacidades administrativas construídas para sustentá-la. O Índice de Institucionalização da Primeira Infância apresenta-se, assim, como instrumento capaz de sistematizar informações documentais e favorecer a compreensão das diferentes trajetórias estaduais de incorporação da primeira infância à agenda pública. A análise pode ainda subsidiar a identificação de lacunas institucionais e orientar estratégias de fortalecimento da governança, da intersetorialidade e da garantia dos direitos das crianças na primeira infância.

Grande área CNPq: Ciências Humanas

Pergunta obrigatória a todos os trabalhos: Em que medida o meu trabalho contribui para “Diversidade, Inclusão e Transformação Social”? **Resposta:** O trabalho contribui para a diversidade, inclusão e transformação social ao evidenciar diferenças na capacidade institucional de Minas Gerais e Espírito Santo para estruturar e desenvolver políticas destinadas à primeira infância.

Palavras-chave: primeira infância; capacidade institucional; Minas Gerais; Espírito Santo.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Discente, gilsonadaodomingosvieira@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Instituto de Humanidades, Docente, apcaiado@unilab.edu.br²